



ESCOLA E EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

Camila Aquino – UNIOESTE
Andrea Cristina Martelli UNIOESTE

Resumo: O presente texto objetiva demonstrar a importância do trabalho com a Educação Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como metodologia de pesquisa, utilizamos a revisão bibliográfica, fundamentando nosso estudo, principalmente, nas leituras de Furlani (2007; 2009) e Louro (2003; 2008; 2009; 2010). A estrutura do texto constitui-se em duas partes, sendo que na primeira trabalharemos a discussão histórica da Educação Sexual no Brasil a partir do século XX e, na segunda, abordaremos a Educação Sexual nas escolas. No decorrer do nosso estudo, compreenderemos a sexualidade como algo inerente ao ser humano e que suas manifestações ocorrem em todas as faixas etárias; nesse sentido, não há como reprimir ou negar as suas manifestações na escola. Diante disso, consideramos de suma importância para o desenvolvimento integral das crianças, a Educação Sexual na escola.

Palavras-chave: Educação Sexual; Escola; Sexualidade; Criança; Professor.

PALAVRAS INICIAIS

Esse texto objetiva demonstrar a importância do trabalho pedagógico com a educação sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ressaltamos que não temos o anseio de retirar das famílias e dos responsáveis pelas crianças o direito e o dever da educação sexual, uma vez que é no ambiente familiar que a criança adquire os primeiros conceitos “sobre seu corpo, sua identidade, seu papel, o que é permitido ou desaconselhável na sociedade em que vive” (SOUZA, 1999, p.35).

No entanto, partindo da premissa que “a sexualidade se manifesta, [...] em todo e qualquer espaço em que o sujeito, meninos e meninas, homens e mulheres, está inserido” (JESUS, 2007, p.190), nesse texto, enfatizaremos a discussão a respeito da educação sexual na escola. Considerando que as crianças carregam consigo as vivências do contexto social no qual estão inseridas, inclusive as vivências sexuais, a escola não deverá omitir-se diante das perguntas, das dúvidas e das manifestações da sexualidade ocorridas nas salas de aula, nos pátios e nos corredores.

Nosso estudo constitui-se de duas partes; na primeira, trabalharemos a discussão histórica da Educação Sexual no Brasil a partir do século XX e, na segunda, enfatizaremos a Educação Sexual nas escolas. No decorrer do nosso estudo, compreenderemos a sexualidade como um aspecto inerente ao ser humano, presente em todas suas faixas etárias e nos diversos

espaços sociais, inclusive, na escola.

I.DISSCUSSÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL NO SÉCULO XX

Nos anos 20 e 30 do século XX a educação sexual fomenta discussões entre médicos, professoras, professores e entre outros profissionais. Nesse período a abordagem predominante caracterizava-se por traços higienistas e eugenistas¹ junto às crianças, adolescentes e jovens, com o intuito de combater as doenças venéreas e preparar os sujeitos para um futuro mais saudável e responsável.

No ano de 1922, Fernando Azevedo² defendeu a importância da educação sexual como matéria de ensino abordando princípios morais, higienistas e eugenistas. Nesta época, a educação nacional focalizava a educação sexual como matéria para o ensino nas escolas brasileiras (CÉSAR, 2009).

Em 1928 realizou-se o Congresso Nacional de Educadores, no qual foi aprovado o Programa de Educação Sexual que seria desenvolvido com crianças acima de onze anos de idade.

Em 1930, uma pesquisa desenvolvida pelo jornal Diário da Noite obteve como resposta o apoio à Educação Sexual, apresentando, contudo algumas opiniões contrárias quanto às estratégias e ao conteúdo programático. Foi ainda neste ano que o colégio Batista do Rio de Janeiro inseriu em seu currículo o ensino da evolução das espécies e educação sexual, tendo como idealizador o professor Stawiarski. Esse programa possuía caráter inicial de análise do papel feminino na reprodução, sendo que apenas em 1935 foram incluídas discussões e análises do papel masculino. Contudo, o idealizador do programa sofreu processo jurídico o que resultou na sua demissão (GUIMARÃES, 1995).

Ainda segundo Guimarães (1995), nos anos anteriores à década de 60 do século XX, a igreja católica possuía o domínio do sistema educacional, o que resultou em severa repressão à Educação Sexual neste período. Apesar disso, alguns livros referentes à sexualidade foram publicados, dos quais podemos destacar: Métodos de Controle da

¹Preocupava-se com as questões relativas à descendência, à “raça” e a transmissão de características indesejáveis, [...] era o saber que dava suporte ao “novo racismo” que supostamente tinha as suas bases na ciência (CÉSAR, 2009, p.50).

²Fernando de Azevedo nasceu a 2 de abril de 1894, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, no Estado de Minas Gerais e faleceu em São Paulo-SP; em 18 de setembro de 1974. Acreditava na força predominante das ideias como fator de mudança social. Fundou a Associação Brasileira de Educação, em 1924, e deu corpo ao movimento pela reforma do ensino por intermédio das "Conferências de Educação", em 1922. A frente da Instrução Pública do Rio de Janeiro, implementa uma autêntica revolução pedagógica no ensino primário e secundário e, sobretudo, no ensino normal.

Fertilidade e a Nossa Vida Sexual de Ogino Knauss (s/d); Guia e Conselheiro para Todos, Com Respostas a Todas as Questões de Fritz Kahm (1951), todos com o intuito de responder questões relacionadas à sexualidade em seu caráter biológico e reprodutivista.

O Golpe Militar de 1964 ocasionou mudanças políticas radicais que marcaram o território nacional brasileiro. Dentre as mudanças, citamos especificamente a defesa de uma moral por intermédio de um sistema repressor, dessa forma as tentativas anteriores direcionadas à educação sexual foram banidas das escolas. O Brasil passava por renovações pedagógicas, e grande parte dessas iniciativas foi abortada em função da ideologia moralista defendida pelo golpe militar. Embora fossem criadas propostas de renovação pedagógica com discursos voltados a prática da educação sexual, as mesmas eram negadas (CÉSAR, 2009). Nos anos 1960 foram publicados os livros do padre Charboneau. Escritos numa linguagem filosófica, abordavam a sexualidade baseada na moral cristã, objetivando a consolidação de princípios morais defendidos pela Igreja e a educação para a paternidade (GUIMARÃES, 1995).

Guimarães (1995) relata que entre 1963 a 1968 ocorreram várias tentativas de implantação da Educação Sexual nos currículos das escolas do estado de São Paulo. Foram criados programas experimentais em algumas escolas públicas de São Paulo, e a repercussão destes originou projetos de Educação Sexual com o intuito de prevenção e informação – projetos estes desenvolvidos até a atualidade. Um colégio de Minas Gerais inseriu no currículo um programa de Educação Sexual para alunos do quarto ginásial (atualmente 8ª série). O referido programa teve duração de três anos devido à rejeição que os pais apresentaram ao mesmo.

No Rio de Janeiro, a partir de 1964, no colégio Pedro Alcântara a educação sexual passou a fazer parte de todas as séries. Outros colégios como Infante Dom Henrique, Orlando Rouças e André Maurois, implantaram o ensino de Educação Sexual em 1968. No entanto, devido às fortes repressões, alguns colégios cariocas sofreram consequências, tais como exoneração da direção, suspensão de alguns professores e expulsão de alguns alunos.

No ano de 1968, registrou-se outro exemplo de repressão à educação sexual. A deputada Júlia Steimbrück, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de lei à Câmara dos Deputados propondo a implantação obrigatória da Educação Sexual em todas as escolas do país e em todos os níveis, contudo devido à moralização imposta pela ditadura, tal projeto recebeu inúmeras objeções (CÉSAR, 2009).

Nas palavras de Guimarães “O início da década de 70 caracterizou-se por um

retrocesso ao puritanismo fechado e aumento da censura. Não havia uma lei proibindo a Educação Sexual, porém, temerosos administradores escolares esvaziaram os programas em escolas públicas” (1995, p. 66).

Nos anos finais da década de 70 e os anos 80 do século XX, a sociedade brasileira convive com a reabertura política, o que implica significativas mudanças em todos os âmbitos políticos e sociais, como também no campo da sexualidade. O país passava por novas reivindicações políticas e sociais, algumas ligadas à luta feminista e defendidas por intelectuais, nesse contexto, são constituídas novas maneiras de compreender a educação sexual (CÉSAR, 2009).

Entre 1978 e 1979 foram realizados congressos sobre Educação Sexual nas escolas de iniciativa privada. Nesse momento, foi possível perceber o interesse dos profissionais da educação sobre o tema, visto que os eventos reuniram cerca de duas mil pessoas. No final da década de 70, novas entidades foram criadas com o objetivo de controle populacional, dentre elas, a BEMFAM (Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil), a qual organizou o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual. Em 1983 ocorreu o 1º Encontro Nacional de Sexologia organizado pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Todavia, essas entidades ratificavam a visão da sexualidade reduzida ao sexo, à contracepção e aos conceitos biológicos, objetivando em geral o controle preventivo de doenças e a gravidez precoce. O aparecimento da AIDS e a propagação de outras doenças sexualmente transmissíveis entre os adolescentes e jovens instigaram as discussões nesse período (GUIMARÃES, 1995).

Nas palavras de Louro

De fato, a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença (Aids) fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação passasse a estimular projetos de educação sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, *como tema transversal*, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para a educação do País). Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano a associação ao prazer e à vida (2008, p.36; grifo do autor).

Nos anos de 1990, temos a inserção da Orientação Sexual como um tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs³. Fato que provocou ponderações entre alguns pesquisadores da área. Para Martelli

³ No decorrer do texto utilizaremos a sigla PCNs para designar Parâmetros Curriculares Nacionais.

A não-materialização [da Orientação Sexual como tema transversal] passa pela formação dos professores, pelo precário sistema educacional brasileiro, mas, sobretudo, pela negação da sexualidade como algo inerente à vida humana nas diferentes faixas etárias (MARTELLI, 2009, p. 129).

Nessa direção, Furlani (2009) analisa os conceitos de “Educação Sexual e Orientação Sexual” contidos no documento. Neste, o primeiro termo passou a ser compreendido como um conjunto de informações sobre a sexualidade, sendo denominada como uma maneira informal, ocorrendo no seio familiar, proporcionando aos jovens os padrões de morais impostos na sociedade. Já, a orientação sexual, é conceituada como um processo de intervenção sistematizado, planejado e intencional, o qual promove um espaço de acolhimento e reflexão das dúvidas, valores, atitudes, informações que formam as vivências e manifestações da sexualidade.

No entanto, fundamentando-nos em Altmann e Martins, acreditamos que

[...] nos movimentos sociais e, de modo geral, na bibliografia internacional, orientação sexual é um termo utilizado para indicar qual o sexo (masculino ou feminino) pelo qual uma pessoa sente-se atraída ou elege como objeto de desejo e afeto [...]. Educação Sexual, por sua vez refere-se a práticas educativas que têm a sexualidade como tema (2007, p.132).

Deste modo, utilizaremos no decorrer do texto a terminologia ‘educação sexual’, pois acreditamos que o termo ‘orientação sexual’ apresenta-se como uma maneira inapropriada para referir-se aos trabalhos e discussões sobre sexualidade com crianças, jovens e adultos em todos os níveis de educação (FURLANI, 2009).

Reconhecemos que os PCNs corroboraram para suscitar novas discussões, publicações, palestras e pesquisas relacionadas à temática da sexualidade, fomentaram a criação de propostas próprias, diretrizes e currículos focados à formação transversal⁴ (NUNES, 2000). Martelli nos alerta que

embora se considere relevante a importância do trabalho com o tema da sexualidade junto aos alunos e às alunas do ensino fundamental, prevalece, nos PCNs e nas práticas docentes, uma visão biologizante da sexualidade, descolada dos condicionantes econômicos, culturais, sociais, políticos e históricos (MARTELLI, 2011, p.01).

Ainda que não se negue a importância do referido documento, entendemos que as

⁴“Conteúdo de valor formativo que perpassam as disciplinas curriculares de maneira a articular entre si conteúdos trabalhados a partir do currículo escolar” (NUNES, 2000, p. 63).

proposições contidas no mesmo evidenciam concepções de sexualidade construídas na prevenção à gravidez na adolescência e às DST/HIV/Aids. Dessa forma concordamos

[...] que a orientação preconizada pelos PCN precisa ser interpretada como uma proposta de Educação Sexual e não como Orientação Sexual. Sendo uma educação sexual ou uma “educação para a sexualidade”, ampliamos as discussões para aspectos norteadores das relações humanas: sociais, econômicos, éticos, étnicos e históricos. Dessa forma, conseguimos nos desvencilhar de práticas minimizadoras ou superficiais, que inclusive se fazem vigentes na escola quando se pretende tratar a sexualidade de forma fragmentada em ações pontuais por meio de temas transversais [...] (SANTOS, 2009 p.18).

Ao realizar a discussão histórica da educação sexual no século XX percebemos que ocorrem momentos de conquistas e recuos. Concordamos com Guimarães (1995, p.68) que a história da Educação Sexual no Brasil apresenta-se em “movimentos isolados e esparsos, que ocorrem de um modo esporádico [...]”. As concepções sobre sexualidade são históricas, variam influenciadas pelo tempo, pelo espaço, pelas pessoas, enfim, pelo movimento da sociedade. Dito de outro modo, a sexualidade não é um conceito estático e imutável.

Partimos da proposição que sexualidade é constituída de múltiplos significados, pois envolve mitos, crenças, tabus, preconceitos, comportamentos e religião em suas manifestações, como também na compreensão das mesmas. Nas relações sociais construímos e desconstruímos a nossa sexualidade, ou seja, ela não é cristalizada e imutável, mas é vivenciada na transitoriedade e no movimento entre o tradicional e o moderno. Ao mesmo tempo em que a sexualidade é explicada pelo conceito biológico como essência da vida humana, ela também é alterada “pelas trocas com o mundo, que empresta um novo sentido e significado a cada vida” (GUIMARÃES, 1995, p. 31).

II - A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Na escola, a convivência entre as crianças possibilita diferentes aprendizagens, as quais favorecem a socialização e internalização de novas crenças, novos comportamentos, novas formas de relacionamentos, como também a vivência com outras culturas e experiências em torno de diferentes aspectos, dentre eles, a sexualidade.

Quando falamos em sexualidade, nos reportamos à discussão tecida por Weeks, quando defende a

Sexualidade como uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e

historicamente modeladas que se relacionam com o que Michel Foucault denominou “o corpo e seus prazeres” (WEEKS, 2010, p.43).

As manifestações da sexualidade infantil ocorrem em diferentes espaços sociais e nas mais variadas situações. A criança vive sensações prazerosas na troca da fralda, nos toques durante o banho, como também vive a curiosidade do beijo, do abraço, as descobertas do seu corpo e do outro. A criança, aos poucos, percebe as diferenças entre ela e o outro, descobre-se menino e menina.

As diferentes interações sociais possibilitam o aguçar de novas curiosidades e o aparecimento de dúvidas sobre o seu desenvolvimento, o seu corpo, a sua vida e sobre as outras crianças. Os processos de interações sociais influenciam na compreensão e vivência da sexualidade, pois esta pode ser compreendida como um processo longo e indefinido de conhecimento do seu corpo e do mundo a sua volta (NUNES & SILVA, 2000).

Segundo Louro (2010), a escola pratica a pedagogia dos corpos, ensinando formas “corretas” de sentar, de falar, de vestir-se. Enfim, os padrões aceitos pela nossa sociedade para homens e mulheres são impostos às crianças, mesmo que indiretamente, nos discursos, nos silêncios, nos rituais e nas práticas escolares. No entanto, esse movimento de disciplinarização não ocorre sem resistências, sendo muito comum às crianças transgredirem os padrões que a escola impõe.

Sabendo-se que no contexto escolar as manifestações da sexualidade estão presentes, cabe ao professor e a professora problematizá-las. Uma vez que a escola tem como função a transmissão de conhecimentos científicos, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo. Nessa perspectiva, consideramos que problematizar, questionar, dialogar e compreender elementos inerentes à sexualidade constitui-se como aspectos do desenvolvimento humano.

As mudanças políticas, econômicas e culturais que permeiam a sociedade influenciaram, direta ou indiretamente, a sexualidade. As suas vivências e suas manifestações sofrem alterações, variam em suas modulações, conquistam novos valores, enfim, mudanças ocorrem em diferentes pessoas, costumes, sociedades, tempos e espaços. Nesse sentido, concordamos com Furlani (2007, p. 11) quando ela propõe que a sexualidade seja compreendida a partir de um “[...] entendimento temporal, circunstancial e contingencial”.

A sexualidade é uma construção social muitas vezes regada a controvérsias e polêmicas, dessa forma, compartilhamos com Nunes (1987, p.23) que “[...] a sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente polêmica, visto envolver-se com

elementos de ordem religiosa e ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos”.

As polêmicas geradas em torno da temática da sexualidade como já mencionada anteriormente são baseadas geralmente em conceitos religiosos, crenças, tabus, preconceitos; que, muitas vezes, dificultam a ação do professor e da professora na escola diante das manifestações da sexualidade. Esses conceitos tendem a cristalizar padrões de comportamentos, de relações entre os gêneros e de vivências de sexualidade. Há tentativas de imposição desses como verdades absolutas e como modelos perfeitos, haja vista que transgredi-los ocasiona a marginalização do transgressor. Apesar dessas tentativas de imposições propositivas, convivemos com sujeitos que buscam a vivência de sua sexualidade desviando de moldes rígidos. A defesa social da heteronormatividade nos evidencia que a sexualidade possui em sua volta uma espécie de invólucro, ultrapassar este e discutir as suas minúcias ainda gera desconfortos sociais e pessoais.

Quando falamos em sexualidade nos remetemos aos nossos conceitos sobre ela, bem como o professor e a professora não são imunes aos elementos que circundam as vivências e as manifestações da sexualidade. Em várias situações vivenciadas no ambiente escolar, o professor e a professora reproduzem suas experiências pessoais, seus valores religiosos, seus princípios familiares, dentre outros.

Em muitos livros relacionados à sexualidade das crianças encontramos a proposição que os professores e as professoras devam falar com naturalidade sobre essa temática, no entanto, “quero saber QUEM (*sic*) tem essa naturalidade?” (GAIARSA *apud* BRAGA, 2009, p. 13). Se os pais e as mães não possuem, em sua maioria, informações sobre sexualidade ou uma própria educação sexual; o mesmo ocorre com os docentes.

Segundo Braga

além da própria experiência pessoal, os (as) educadores (as) precisam de uma mudança de atitude, quererem aprender, abrirem-se ao desafio [...]. Necessitam participar de cursos, debates, grupos de estudos entre outras atividades de capacitação, possibilitando assim uma troca de experiências entre o grupo profissional (BRAGA, 2009, p.133).

Consideramos de fundamental importância que o trabalho docente esteja pautado em estudos sobre a sexualidade, haja vista a necessidade de problematizar, questionar, dialogar e compreender os elementos culturais, sociais e históricos que constituem esse aspecto da vida

humana. Nessa direção, salientamos a importância da formação inicial e continuada em torno da temática, na perspectiva teórico-metodológica que

Os currículos dos cursos de formação de professores e professoras deveriam conter falas e vivências sobre a sexualidade humana, despertando possibilidades do corpo e das emoções. Conhecer a sexualidade não significa aprender a estrutura dos genitais. Educação sexual centrada na genitalidade advém de uma educação que disciplina, organiza e concentra o prazer nos genitais; assim procedendo, anestesia o resto do corpo (CAMARGO & RIBEIRO, 1999, p.50).

Camargo (2007) ratifica a necessidade de profissionais capacitados para trabalhar com educação sexual, pois, considerando a sala de aula temos diversos conceitos, contextos e experiências que ocorrem no cotidiano de cada aluno e de cada aluna; acontecimentos que não estão mencionados nos currículos escolares e, que conseqüentemente, proporcionam ao professor e a professora situações novas que requerem conhecimentos novos, dentre eles, a sexualidade.

Entre a maioria de professores e professoras permanece a concepção de sexualidade reduzida à compreensão biológica, enfatizando atividades que primam pelo caráter higienista e preventivos no âmbito da saúde. Cria-se a relação de sinônimo entre sexualidade e sexo, sendo discutida nas aulas de ciências apenas como meio de informar quanto a doenças sexualmente transmissíveis, sistema reprodutor, contracepção, dentre outros.

Muitas práticas docentes sobre a sexualidade fundamentam-se na proposição que a puberdade seria o momento propício para a discussão com os alunos e com as alunas, haja vista que nessa fase a capacidade reprodutiva esteja desenvolvida. No entanto, compartilhamos com a concepção de Furlani quando defende que

[...] A sexualidade se manifesta na infância, na adolescência, na vida adulta e na terceira idade. Esperar para abordar a sexualidade, apenas na adolescência, reflete uma visão pedagógica limitada, baseada na crença de que a “iniciação sexual” só é possível a partir da capacidade reprodutiva [puberdade] (FURLANI, 2009, p. 45).

A sexualidade está presente em todos os momentos da vida desde a tenra idade; crer que há um período ou uma época propícia para desenvolver trabalhos relacionados à sexualidade, demonstra uma concepção alicerçada em preconceitos, tabus e equívocos teóricos. Sendo que a criança possui suas curiosidades em torno das vivências,

A prática de reprimir, inibir, de escamotear e esconder a expressão e a

curiosidade da criança é responsável pela maioria das crises e contradições dos conflitos emocionais e sexuais de nossos adolescentes. [...]. Não há plausibilidade educacional em esperar um suposto tempo de maturação para abordar a sexualidade das crianças, acreditando que ‘quando chegar o tempo’, serão criadas as condições de diálogo e informação sobre o universo sexual e afetivo. É o mundo adulto a esfera institucional que deve oferecer esta alternativa e abrir esta perspectiva pedagógica. Não será possível falar com ressonância e respeito sobre sexualidade, amor, gratuidade e prazer, aos adolescentes se não foram construídas as pontes e suportes na infância. Não é possível acreditar que o acesso aos adolescentes será fácil e natural se durante todos os conflitos emocionais e afetivos de criança o pai ou educador mantivesse ausente, reticente, relutante e indiferente (NUNES; SILVA 2000 p. 118-119).

A concepção de Educação Sexual já estava presente desde o início do século XX, quando Freud revolucionou as Ciências humanas com suas teorias relacionadas à sexualidade e comportamento humano. Suas contribuições foram decisivas para que fosse reconhecida a existência da sexualidade infantil.

Os anos finais da década de 1970 e os anos iniciais da década de 1980 impulsionavam para a elaboração de práticas pedagógicas que abordassem o trabalho com a sexualidade, alguns aspectos desses projetos era a tentativa de esquivar dos conceitos biologizante (CÉSAR, 2009).

Contudo, a grande maioria das atividades pedagógicas desenvolvidas pelas escolas, no que se refere à sexualidade, segue um enfoque tradicional, fundamentado num referencial médico que privilegia a promoção da saúde sexual, a prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Ou seja, as abordagens utilizadas limitam-se a conscientização, sem problematizar quanto as suas diferentes culturas, o amor e ao prazer sexual (MEYER; KLEIN; ANDRADE, 2009).

A educação sexual nas escolas tem como objetivo fundamental, contribuir para que os alunos e alunas possam viver suas sexualidades de forma mais emancipatória, mais prazerosa, mais afetiva. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, ao mesmo tempo busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades, de seus direitos, de seus deveres (FURLANI, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de nossa pesquisa, temos clareza que muitas dúvidas sobre a sexualidade ainda pairam em nossos pensamentos, haja vista a complexidade e amplitude da temática em voga. No entanto, algumas ponderações são possíveis de serem tecidas.

Se antes relacionávamos a sexualidade exclusivamente ao ato sexual, depois do desenvolvimento dessa pesquisa, passamos a compreendê-la como um conjunto de manifestações expressas nas maneiras de sentir e de viver o corpo e seus prazeres. Falar de sexualidade é, ao mesmo tempo, falar do individual e do social, do biológico e do cultural, do racional e do emocional.

A escola, querendo ou não, lida cotidianamente com a sexualidade. As manifestações de sexualidade mais frequentes acontecem nas trocas de carinho, nas curiosidades sobre o seu corpo e o do outro, nas brincadeiras com os colegas, nas piadas com uma pitada de erotismo, nos desenhos rabiscados nas paredes, nos namoros clandestinos e, infelizmente, nas marcas nos corpos infantis da violência sexual.

Ratificamos nosso posicionamento inicial de que a Educação Sexual deve ser trabalhada na escola, uma vez que esse espaço possibilita a socialização e a convivência entre crianças. Constatamos que um balizador do trabalho da escola com a sexualidade seja a curiosidade da criança. Deixar perguntas sem respostas ou apenas respondê-las fantasiosamente, obrigará a criança a encontrar outras formas de saciar suas curiosidades.

No espaço escolar não há como denegar as manifestações da sexualidade, e acreditamos na possibilidade de criar na escola e em salas de aula, espaços de discussão sobre a sexualidade, com a intenção de corroborar nos questionamentos de preconceitos, de tabus, de acepções heteronormativas. E de possibilitar às crianças conversas mais emancipadoras sobre suas dúvidas, vivências mais prazerosas com o outro, consigo mesma e com seus corpos e seus prazeres.

Contudo, ainda percebemos que nas práticas pedagógicas, a sexualidade tem um destaque de cunho biológico⁵, quando se realizam atividades voltadas à temática, estas se caracterizam por palestras proferidas por médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras. É importante, mas não o suficiente para esclarecer as dúvidas relacionadas à sexualidade e suas múltiplas manifestações.

Outro ponto que se pode observar é o fato destas reuniões possuírem como público

⁵ “não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero [e a sexualidade] se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 2003, p. 22).

alvo os adolescentes. Essa proposição associa e limita a sexualidade à capacidade reprodutiva dos seres humanos. Ainda nessa perspectiva, reverberam entre os professores e as professoras as noções de que ao discutir com a criança se estimularia a sua sexualidade. Ledo engano, a sexualidade se manifesta nas silenciosas repressões e transgressões anódinas cotidianas.

Analisamos de suma importância discutir e informar aos adolescentes quanto ao abuso sexual, à gravidez precoce, a contaminação das DST/AIDS; contudo, não podemos incorrer no erro de reduzir a sexualidade ao conceito biológico, nem tampouco, restringi-la a uma faixa etária específica.

Encontramos em muitos discursos de professores e professoras a fala da dificuldade encontrada em discutir a sexualidade em sala de aula, alguns “temem” pela incompreensão dos pais ou responsáveis, outros pela falta de conhecimento e formação para falar sobre a temática. Diante disso, julgamos necessário que os cursos de formação de professores incluam em seus currículos a discussão sobre a sexualidade, bem como sejam propostos cursos de formação continuada focando a educação sexual. Haja vista que não podemos negar aos estudantes, informações e respostas as suas perguntas, até porque a escola é um locus privilegiado de informação, de troca, conhecimento, promovendo debates e formação integral.

A formação dos professores e professoras deve englobar não apenas os conhecimentos teóricos, mas, como cita Camargo (1999, p.51-52) “implica o despertar de suas potencialidades, favorecendo a expressão de sua criatividade, de sua sensibilidade. [...] tanto do ensinante quanto do aprendiz”. É importante que professor e professora possuam disponibilidade para conversar sobre o assunto e para ressignificar suas experiências pessoais em torno da sexualidade.

Por fim, entendemos a educação sexual como um desafio a ser alçado pelos professores e professoras que trabalham diariamente com crianças de qualquer faixa etária. No entanto, diferente de defendermos o trabalho apenas com os conteúdos previstos nas aulas de ciências como meio preventivo e de informação, ousamos que a Educação Sexual seja abordada em sua complexa constituição, como elemento inerente à vida, logo, como elemento imprescindível para a formação integral da criança.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Eliane Rose Maio. Sexualidade infantil: a importância da formação de professores (as) na questão de gênero. In: **Educação no século XXI: Múltiplos desafios/** Sandra Regina Cassol Carbello, Sueli Ribeiro Comar (organizadoras). Maringá: Eduem, 2009.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade (s) e Infância (s):** A sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

_____. Sala de Aula e Cotidiano Escolar. In: **Cotidiano Escolar – emergência e invenção.** Ana Maria Faccioli de Camargo e Márcio Mariguela (orgs.). Piracicaba: Jacintha Editores, 2007.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Lugar de Sexo é na Escola? Sexo, Sexualidade e Educação sexual. In: **Sexualidade;** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – Pr., 2009. - p. 49 – 58.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana:** subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

_____. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade;** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED –Pr., 2009. - p. 37 – 48.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola:** mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003

_____. **Um corpo estranho:** ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte:

Autêntica, 2008.

_____. **Pensar a sexualidade na contemporaneidade.** In **Sexualidade**; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED – Pr., 2009. - p. 29 – 36

_____. **Pedagogias da Sexualidade.** In **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** Gracira Lopes Louro. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MARTELLI, Andréa Cristina. Uma Experiência pedagógica com o tema transversal Orientação Sexual. In: **Discutindo o Ensino.** Organizado por Aparecida Feola Sella e Clarice Cristina Corbari. - Cascavel, Pr. Edunioeste, 2009. p.119 – 133.

_____. **Orientação Sexual: possibilidades e desafios.** II Simpósio Internacional de Educação Sexual – II SIES Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares. Maringá, PR, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MEYER, Elisabeth Estermann. KLEIN, Carin. ANDRADE, Sandra dos Santos. **Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: questões para a Educação Escolar.** ; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED – Pr., 2009. P. 81 - 89.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade.** Campinas, SP, Papirus, 1987.

_____. **A educação Sexual da Criança: Subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade/** César Nunes, Edna Silva. - Campinas, SP: Autores Associados, 2000. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; 72).

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. ARAÚJO, Débora Cristina de. Sexualidade e Gêneros: questões introdutórias. In: **Sexualidade.** Secretaria de Estado da Educação.

Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED – Pr., 2009. - p. 13 – 28

SOUZA, HÁLIA Pauliv de. **Orientação Sexual:** conscientização, necessidade e realidade. Curitiba: Juruá.1999.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: **O corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. Gracira Lopes Louro. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.